

Suspeitos tentam invadir casa de juiz

Ameaças se intensificam, com juízes abordados em suas residências

ANDRÉIA LOPES E
LUCIANA LIMA

As ameaças de morte aos juízes da Vara de Execuções Penais de Vitória se intensificaram nos últimos dias. A casa do magistrado Carlos Eduardo Ribeiro Lemos quase foi invadida por suspeitos que se disfarçaram de motorista e de técnico de televisão. A ousadia surpreendeu até mesmo o juiz, já que os suspeitos chegaram à portaria do prédio em que mora, identificaram o número de seu apartamento e pediram para falar com a esposa dele, citando, inclusive, o nome dela.

Carlos Eduardo e seus familiares estão sob proteção policial. A tentativa de intimidação mais recente, contou o juiz, aconteceu nesta semana. Um gol branco ficou rodeando o prédio onde ele mora. A Polícia Civil tentou perseguir o veículo, que utilizava uma placa fria, mas não conseguiu localizá-lo.

Até então, as ameaças de morte aos juízes da Vara de Execuções Penais estavam sendo feitas através de telefonemas anônimos. Além de Carlos Eduardo, estão sendo ameaçados os juízes Alexandre Martins de Castro Filho e Rubens José da Cruz.

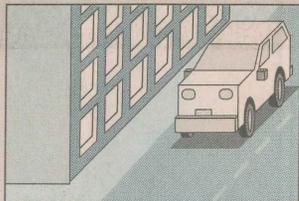
Trabalho

Os magistrados acreditam que as ameaças foram motivadas pelo trabalho que eles têm desempenhado. "Começamos a modificar o sistema carcerário no Estado, que estava viciado e com irregularidades. Com isso, incomoda-

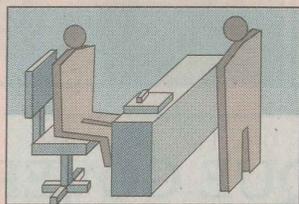


Tensão

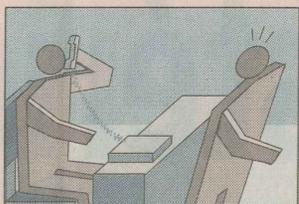
Um dos juízes da Vara de Execuções Penais de Vitória passou a sofrer ameaças até mesmo em casa. Confira:



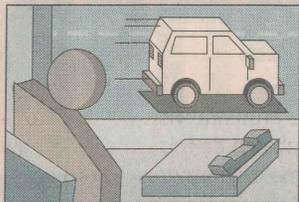
• Em um dos casos relatados, um homem dirigindo um gol branco parou o carro em frente à casa do juiz Carlos Eduardo Ribeiro Lemos



• O suspeito pediu que o porteiro chamasse a esposa do juiz e se identificou como motorista da família



• Ao interfonar para o apartamento do magistrado, o porteiro ficou sabendo que ele não tem motorista particular



• Quando o porteiro tentou falar novamente com o motorista do gol branco, o suspeito arrancou com o carro e foi embora



Disfarce

• O mesmo juiz foi vítima de uma outra ameaça. Um suspeito disfarçado de técnico de TV a cabo foi até o prédio onde ele mora e disse ao porteiro que queria subir para fazer manutenção na antena do apartamento

• O porteiro ficou sabendo que no apartamento do juiz não tem TV a cabo e, quando foi falar com o suposto técnico, ele disse que queria tratar de um assunto pessoal e foi embora

• Além de Carlos Eduardo, estão sofrendo ameaças de morte os juízes Alexandre Martins de Castro Filho e Rubens José da Cruz. Todos eles atuam na Vara de Execuções Penais de Vitória

• As ameaças normalmente são feitas por telefone e os juízes estão sob proteção policial

• A Polícia Civil e a Polícia Federal estão investigando os casos

PISTAS

PF e PC nas investigações

A Polícia Federal (PF) e a Polícia Civil (PC) estão investigando as ameaças de morte feitas aos juízes da Vara de Execuções Penais. Na PC, as investigações, que são sigilosas, estão sendo conduzidas pelo delegado André Luiz dos Reis Neves. Ele disse ontem que têm indícios, mas que ainda não há informações sobre os suspeitos. "Estamos trabalhando para chegar aos nomes e aos fatos", disse. O porteiro do prédio do juiz Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, foi interrogado para falar dos suspeitos que tentaram entrar no apartamento do magistrado. A assessoria de imprensa da PF, por sua vez, informou que "todas as ameaças estão sendo investigadas", mas não revelou detalhes. Além das ameaças aos juízes estaduais, a Polícia Federal também investiga as ameaças feitas a conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

que queria fazer um reparo na antena. Na minha casa, no entanto, não tem TV a cabo e o porteiro não deixou a pessoa subir. O suspeito ainda insistiu, dizendo que era um assunto pessoal, e depois foi embora", disse.

Seqüestro

Os magistrados têm um bom motivo para acreditar que as ameaças não são apenas uma brincadeira. Segundo Carlos Eduardo, um dia antes de o sobrinho do governador José Ignácio Ferreira (PTN), ter sido seqüestrado, no mês de abril, uma testemunha - o

Até então, as ameaças de morte aos juizes da Vara de Execuções Penais estavam sendo feitas através de telefonemas anônimos. Além de Carlos Eduardo, estão sendo ameaçados os juizes Alexandre Martins de Castro Filho e Rubens José da Cruz.

Trabalho

Os magistrados acreditam que as ameaças foram motivadas pelo trabalho que eles têm desempenhado. “Começamos a modificar o sistema carcerário no Estado, que estava viciado e com irregularidades. Com isso, incomodamos muita gente. Mas eu achei muito sério o fato de uma pessoa ir até a minha casa, identificar-se como meu motorista, saber o número do meu apartamento e o nome da minha mulher”, revelou Carlos Eduardo.

A primeira tentativa de in-



Disfarce

- O mesmo juiz foi vítima de uma outra ameaça. Um suspeito disfarçado de técnico de TV a cabo foi até o prédio onde ele mora e disse ao porteiro que queria subir para fazer manutenção na antena do apartamento
- O porteiro ficou sabendo que no apartamento do juiz não tem TV a cabo e, quando foi falar com o suposto técnico, ele disse que queria tratar de um assunto pessoal e foi embora

Fonte: Poder Judiciário

• Além de Carlos Eduardo, estão sofrendo ameaças de morte os juizes Alexandre Martins de Castro Filho e Rubens José da Cruz. Todos eles atuam na Vara de Execuções Penais de Vitória

• As ameaças normalmente são feitas por telefone e os juizes estão sob proteção policial

• A Polícia Civil e a Polícia Federal estão investigando os casos

A Gazeta Ed. de Arte

vasão feita à casa do juiz aconteceu em maio. “Um suspeito se identificou como motorista e disse que ia buscar minha esposa. Como eu não tenho motorista, minha esposa estranhou e pediu que o porteiro questionasse a pessoa. Quando o porteiro foi abordar o

motorista, que estava em um gol branco e era negro, ele acelerou o carro e foi embora”, contou Carlos Eduardo.

A segunda ameaça foi feita com uma pessoa disfarçada de técnico de TV a cabo. “Essa pessoa chegou até a portaria do meu prédio falando

que queria fazer um reparo na antena. Na minha casa, no entanto, não tem TV a cabo e o porteiro não deixou a pessoa subir. O suspeito ainda insistiu, dizendo que era um assunto pessoal, e depois foi embora”, disse.

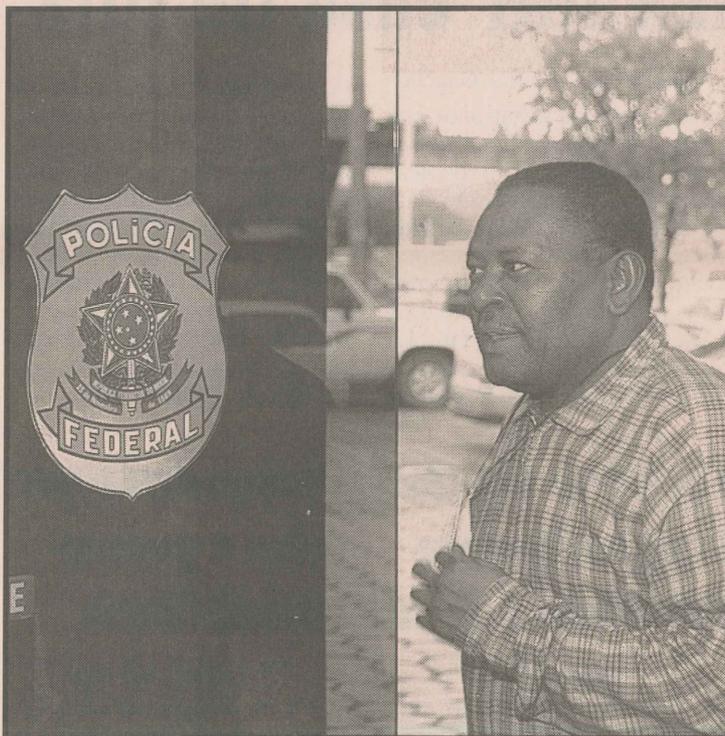
Seqüestro

Os magistrados têm um bom motivo para acreditar que as ameaças não são apenas uma brincadeira. Segundo Carlos Eduardo, um dia antes de o sobrinho do governador José Ignácio Ferreira (PTN), ter sido seqüestrado, no mês de abril, uma testemunha – o nome está sendo mantido em sigilo – procurou os juizes para contar que “ouvei dizer em um presidio que alguém ligado ao Governo ou a um dos juizes seria seqüestrado”. “Essa pessoa foi interrogada pela Polícia, o que acabou nos levando a estourar o cativo”, disse.

Combate ao crime sob análise

As entidades que compõem o Fórum Reage Espírito Santo vão se reunir hoje, a partir das 16 horas, com representantes do Ministério da Justiça para saber quais e como serão desenvolvidas as atividades de combate ao crime organizado no Espírito Santo. Estarão presentes à reunião o diretor do departamento de Promoção de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Hugo Luiz Carlos Melo, e o coordenador-geral do Movimento dos Direitos Humanos, reverendo Romeu Omar Klich.

Segundo o representante dos Direitos Humanos no Espírito Santo, Isaías Santana, também foi solicitada a presença de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil nacional e de um representante da Organização Não-Governamental Justiça Global, que elaborou um relatório sobre o crime organizado no Estado, no qual constam 14 nomes de pessoas ameaçadas. No entanto, essas entidades não confirmaram presença na reunião.



Gildo Loyola

Competência

Segundo Santana, reunião discutirá forma de a PF atuar na investigação de homicídios

Santana informou que o fórum vai sugerir ainda que seja formada uma subcomissão de cinco ou seis pessoas

com o objetivo de acompanhar os trabalhos de investigação desenvolvidos pela Polícia Federal e pelo Ministé-

rio Público Federal.

Homicídios

Também será discutida na reunião, segundo Isaías, uma forma de a Polícia Federal atuar na investigação de crimes que são de competência do Estado, principalmente homicídios. Essa é uma reivindicação da Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência no Espírito Santo, entidade que faz parte do fórum.

Hugo Melo já adiantou que existe lei que permite a atuação da Polícia Federal na apuração desses crimes. Ele citou a Lei 10.446, editada em maio deste ano, que permite essa atuação. Segundo Melo, essa medida deve ser empregada no Espírito Santo devido às suspeitas de infiltração do crime organizado nos poderes constituídos no Estado. Ele explicou ainda que a lei só permite a interferência federal na fase de investigação policial, mas os crimes devem ser julgados pela Justiça Estadual.